

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 50.180 - RN (2014/0189970-1)

RELATOR : MINISTRO NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC)

RECORRENTE : FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE

**ADVOGADOS : FABIANO FALCÃO DE ANDRADE FILHO
BORIS MARQUES DA TRINDADE**

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

VOTO-VENCEDOR

O SENHOR MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE):

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por FERNANDO ANTONIO DA CÂMARA FREIRE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte que, julgando o HC nº 2014.005664-6, denegou a ordem, mantendo a sentença no ponto em que decretou a prisão preventiva do recorrente, negando-lhe, conseqüentemente, o direito de apelar em liberdade, nos autos da ação penal em que findou condenado ao cumprimento de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, por ofensa aos arts. 312, *caput*, seis vezes, c/c o art. 71, 327, § 2º, 299, *caput*, por seis vezes, e § único, c/c o art. 71, todos do Código Penal.

Alega o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que respondeu ao processo em liberdade, sendo certo que não teria havido nenhum ato da instrução que deixou de se realizar por culpa sua, salientando que o fato de não ter informado seu endereço no processo indicado pela acusação para requerer sua custódia não teria levado o magistrado a decretar a sua constrição processual naqueles autos.

Enfatiza, por outro lado, que a imposição do regime prisional fechado não seria suficiente para autorizar a decretação da prisão preventiva na sentença.

Requer, assim, o provimento do reclamo, com a concessão da ordem, a fim de que seja revogada a prisão preventiva contra si ordenada, expedindo-se o competente salvo-conduto em seu favor.

Rebatido o recurso, os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento da insurgência.

Houve pedidos de preferência e de comunicação da data em que o processo seria levado a julgamento, para fins de sustentação oral.

Sobreveio petição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, juntando documentos sobre o paradeiro do recorrente.

Levado a julgamento pelo Exmo. Sr. Relator, Ministro Newton Trisotto (Desembargador convocado do TJ/SC), sua Excelência votou pelo improvimento do recurso ordinário, mantendo-se a prisão cautelar do recorrente.

Pedi vista, para melhor exame dos autos.

É o relatório.

Dos elementos que instruem o processo infere-se que o recorrente, na condição de Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, foi denunciado e findou condenado ao cumprimento de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, por ofensa aos arts. 312, *caput*, seis vezes, c/c o art. 71, 327, § 2º, 299, *caput*, por seis vezes, e § único, c/c o art. 71, todos do Código Penal, por ter desviado dos cofres públicos, no ano de 2002, a importância total de R\$ 4.455,00, em favor de Kátia Maria de Medeiros Acioly.

Ao proferir a sentença condenatória, o Juízo singular negou ao recorrente o direito de apelar em liberdade, sob os seguintes argumentos:

As fls. 5/26, 4º Vol., o Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do acusado FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE, arguindo que o mesmo encontra-se em local incerto, haja vista o insucesso na tentativa de sua intimação pessoal nos autos da Ação Penal nº 0242714-15.2007.8.20.001, em trâmite junto à 8ª Vara Criminal, oportunidade na qual foi constatado que o denunciado mudou-se sem deixar qualquer informação acerca de seu novo paradeiro. Assim requer a prisão preventiva por entender ser a medida de indeclinável necessidade de aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal.

Nos termos da Lei n. 12.736 de 2012, que deu nova redação ao art. 387, o juiz decidirá fundamentadamente sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.

No caso, conforme consulta no SAJ, verifica-se que nos autos do

Superior Tribunal de Justiça

processo 0242714-15.2007.8.20.0001 - Ação Penal - Procedimento ordinário (Vara: 8ª Vara Criminal - Natal), houve reconhecimento de revelia, inclusive com a aplicação de medidas cautelares.

Nesses termos, nego a ANTONIO DA CÂMARA FREIRE, o direito de recorrer em liberdade, em razão de ter sido fixado o REGIME FECHADO e por ter verificado que o sentenciado não atualizou o endereço, não tendo até o momento feito qualquer comunicação a este juízo, de seu paradeiro.

Conforme se tem decidido, "estando o paciente foragido e não havendo atualização de endereço certo, onde o agente possa ser encontrado, permanece a necessidade da custódia cautelar, tanto para fins de assegurar a aplicação da lei penal, como por conveniência da instrução criminal" [...].

Portanto, reconhecendo a necessidade de garantir a aplicação da lei penal, com base nos fundamentos da prisão preventiva, nego ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Expeça-se mandado de prisão para FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE. (fls. 33-34)

Inconformada, a Defesa ingressou com prévio *habeas corpus*, tendo a Corte Estadual denegado a ordem, assim justificando:

O paciente, por várias vezes, ofereceu de fato o seu endereço nos autos da ação penal nº 0000417-11.2006.8.20.0001, porém em nenhum dos endereços ali indicados pelo paciente foi possível localizá-lo para fins de intimação.

Pelo exposto, verifico que o paciente se utilizou de várias formas de retardar o andamento processual no processo de origem, sob o número tal, uma vez que movimentou o Poder Judiciário para proceder à intimação do sentenciado pelas vias adequadas no ordenamento jurídico. Mas que todas restaram infrutíferas, ou melhor, os endereços fornecidos foram insuficientes para efetivar a intimação do sentenciado.

Contudo, e diante do contexto processual, constata-se que o próprio paciente colaborou para a medida preventiva com o fundamento de aplicar a lei penal. Além de infringir o disposto no art. 14, II, do CPC, qual seja o princípio da boa-fé e lealdade processual.

Nesse sentido e conforme informado pela autoridade coatora, constata-se que o paciente não praticou os deveres de uma parte integrante do processo, prevista no artigo acima citado. Ou melhor, não cooperou com o regular andamento do feito, visto que o fato de indicar o endereço nos autos da ação penal, mas não o fazendo de forma completa e eficaz, ensejou na medida tomada pelo Magistrado quando decretou a prisão preventiva para aplicação

Superior Tribunal de Justiça

da lei penal, uma vez que todas as tentativas de intimação restaram infrutíferas, prejudicando diretamente os princípios acima apontados. (fls. 103-104)

Esclarecidos os fatos, ousou divergir do eminente Relator, pois tenho que razão assiste ao impetrante quando aponta a ocorrência de constrangimento ilegal, sanável através da via eleita.

Com efeito, como se vê, o recorrente teve o cerceamento de sua liberdade decretado por dois motivos: primeiro em razão do fato de não ter atualizado o seu endereço nos autos da Ação Penal nº 242714, que tramitou perante a 8ª Vara Criminal da comarca de Natal - que não era a do Juízo sentenciante, diga-se -; e segundo por ter sido estabelecido o regime fechado para o cumprimento da pena corporal imposta ao condenado.

Certo é que o recorrente, FERNANDO FREIRE, responde a diversas ações penais e cíveis, aproximadamente 18 (dezoito) ações, em face da prática de atos de improbidade administrativa quando do exercício do mandato de Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Consta que teve a sua prisão preventiva decretada em 4 (quatro) processos criminais, sob a alegação de pretender subtrair-se à aplicação da lei penal, porquanto teria mudado de endereço sem deixar qualquer informação sobre o seu novo paradeiro, ostentando assim a condição de foragido nas referidas ações penais.

Vale destacar, no entanto, que no âmbito da ação penal em exame - a de nº 0000417-11.2006.8.20.0001 - que tramitou perante a 4ª Vara Criminal da comarca de Natal/RN, o recorrente não ostenta a condição de foragido, e não há prova indicando que pretendeu, nestes autos, com sua conduta, subtrair-se à aplicação da lei penal. Muito ao invés, sem que se possa ultrapassar os lindes da referida ação penal, verifica-se que nenhum ato da instrução deixou de ser realizado por sua culpa, tendo respondido em liberdade a todo processo, devidamente representado por advogado constituído.

Nesse panorama, entendo que o fato de não haver informação em outro processo sobre o seu novo endereço não constitui supedâneo para subtrair do recorrente a possibilidade de recorrer em liberdade. Até porque, naqueles autos que tramitam perante a 8ª

Superior Tribunal de Justiça

Vara Criminal da comarca de Natal/RN, o Juízo competente indeferiu o pedido de decretação da prisão cautelar do acusado, sob a alegativa de desnecessidade da medida, aplicando-se, contudo, outras cautelares menos gravosas.

Com efeito, uma vez que o ora recorrente já foi sentenciado e intimado da sentença, a sua liberdade, ainda que antes pudesse expor a risco, não mais expõe a risco de comprometimento da colheita de provas, visto que esse fase já está encerrada, nem representa igualmente prejuízo ou possibilidade de frustração da aplicação da lei penal.

Quanto ao segundo motivo que deu ensejo ao decreto construtivo proferido na sentença: o estabelecimento do regime fechado para o cumprimento da pena, devo dizer que o sistema processual penal aboliu a prisão preventiva obrigatória que era aplicada quando o réu era condenado à pena de reclusão superior a 8 (oito) anos.

Ora, o sequestro corporal antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, por afetar o *status libertatis*, deve ser tratado como medida extrema e excepcional, restando autorizado apenas nas hipóteses em que a segregação seja mesmo indispensável para a garantia da ordem pública ou econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, revelando-se inadmissível, portanto, nas situações em que sua necessidade não tenha sido devidamente justificada, como ocorre no caso.

Salienta-se ainda que o advento do édito condenatório não autoriza automaticamente a conclusão pela ocorrência de quaisquer das hipóteses fáticas elencadas no art. 312 do Código de Processo Penal que ensejariam o encarceramento preventivo e, em sede de Direito Processual Penal, os benefícios ao alcance do Juiz devem ser interpretados como direitos subjetivos dos acusados, cuja negativa deve vir acompanhada de suficiente motivação.

Sobre o assunto, cita-se o seguinte precedente deste Sodalício:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RÉU QUE PERMANECEU SOLTO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL E FOI ABSOLVIDO PELA SENTENÇA. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS QUE JUSTIFIQUEM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR.

Superior Tribunal de Justiça

1. A jurisprudência desta Corte, alinhada ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, entende que o simples esgotamento das instâncias ordinárias não autoriza a imediata expedição de mandado de prisão. É imperiosa, mesmo nesses casos, a demonstração da necessidade da segregação cautelar, mormente se o réu respondeu ao processo em liberdade.

2. No caso, não obstante a gravidade do crime pelo qual o paciente foi condenado, o acórdão impugnado não trouxe nenhum fundamento novo que autorizasse a sua segregação provisória, não se podendo olvidar de que até então havia ele respondido a todo o processo em liberdade, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal no HC n. 89.894/SP, e de que foi absolvido em primeiro grau.

3. Situação concreta na qual foi o paciente preso imediatamente após o provimento da apelação ministerial, uma vez que estava presente na sessão de julgamento do Tribunal a quo que apreciou o referido recurso.

4. Ordem concedida para garantir ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, ressalvada a possibilidade de haver nova decretação de prisão, caso ocorra a superveniência de fatos novos e concretos para tanto, ficando ratificada a liminar deferida.

(HC 220234/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2012, DJe 11/04/2012)

Assim, tendo o recorrente respondido ao processo em liberdade, não parece razoável que, na sentença, seja-lhe negado o direito de apelar em liberdade, porque não teria atualizado seu endereço em outro processo criminal, diverso daquele em que aqui findou condenado, isso porque a expedição de mandado de prisão, antes do trânsito em julgado da condenação, sem amparo em dados concretos de cautelaridade, viola a garantia constitucional inserta no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.

A propósito:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO TENTADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP.FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA.

1. A execução provisória da pena privativa de liberdade viola expressamente a garantia constitucional da presunção de não culpabilidade. Por isso, se o acusado respondeu ao processo em liberdade e não estão presentes os pressupostos autorizadores da

prisão preventiva (art. 312, do CPP) não se justifica a decretação da prisão fundada em sentença penal condenatória recorrível, como é o caso.

2. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva dos pacientes, confirmando a liminar previamente deferida, determinando a expedição de alvará de soltura em seus benefícios, sem embargo de novo decreto prisional, desde que devidamente fundamentado.

(HC 292.310/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 15/08/2014)

HABEAS CORPUS. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PACIENTE QUE RESPONDEU SOLTO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. GRAVIDADE E REPERCUSSÃO DO DELITO. NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão processual deve ser determinada no caso de situações extremas, em meio a dados sopesados da experiência concreta, porquanto o instrumento posto a cargo da jurisdição reclama, antes de tudo, o respeito à liberdade.

2. A gravidade genérica do delito e a repercussão por ele causada não são fundamentos hábeis a justificar a custódia cautelar.

3. Tratando-se de paciente que respondeu ao processo solto, e inclusive conta com mais de 70 anos de idade, não parece razoável presumir que o não comparecimento à audiência de instrução, na qual o advogado constituído estava presente, por si só, indique intenção de se furtar à aplicação da lei penal. A hipótese é diversa daquela em que o réu obteve a liberdade provisória, assumindo o compromisso de comparecer a todos os atos do processo, e não se fez presente.

4. Habeas corpus concedido para garantir a liberdade ao paciente, se por outro motivo não estiver preso, até o trânsito em julgado da condenação, sem prejuízo de se aplicar uma das medidas cautelares implementadas pela Lei n.º 12.403/11, ressalvada, inclusive, a possibilidade de decretação de nova prisão, caso demonstrada sua necessidade.

(HC 324.182/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 11/09/2015)

Por outro lado, cumpre esclarecer que a Lei 12.403/11, em seu art. 282, § 6º,

Superior Tribunal de Justiça

dispõe que: "A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)"; ou seja, a segregação processual deve ser decretada somente em último caso, quando realmente mostre-se necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente.

Por esse motivo acompanhei o voto do Exmo. Sr. Ministro Gurgel de Faria, no tocante à necessidade de imposição de cautelares diversas da prisão na espécie.

Com efeito, na hipótese *sub examine*, evidencia-se que as medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP, se mostram eficazes e suficientes para os fins visados quando da ordenação da preventiva - resguardar a futura aplicação da lei penal, evitando-se o risco de evasão do agente do distrito da culpa.

Vale destacar que o art. 319 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n.º 12.403/2011, traz um rol de medidas cautelares menos gravosas do que a prisão, as quais devem a ser aplicadas pelo magistrado, **sempre com atenção ao binômio proporcionalidade e adequação de tais providências em relação ao caso concreto.**

Nesse sentido, pode-se colacionar:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. NÃO CONHECIMENTO.

1. O Supremo Tribunal Federal, buscando dar efetividade às normas previstas na Constituição e na Lei 8.038/90, passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado.

2. O constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício.

HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. PRETENDIDO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RÉU QUE RESPONDEU SOLTO PARTE DO PROCESSO. PRISÃO DECRETADA PELO JUÍZO SENTENCIANTE. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA AUTORIZAR A MEDIDA EXTREMA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO À ESPÉCIE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL DEMONSTRADO. LIMINAR CONFIRMADA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Constatando-se que, no presente caso, a fundamentação

Superior Tribunal de Justiça

declinada pela sentença e preservada pelo Tribunal a quo não contou com nenhum fato novo apto a evidenciar a necessidade do recolhimento do réu à prisão antes do trânsito em julgado da sua condenação, mister concluir que não há motivação idônea para justificar a relativização do direito à liberdade do ora paciente.

2. Ademais, na hipótese sub examine, evidencia-se que as medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP, se mostram eficazes e suficientes para os fins visados quando da ordenação da preventiva - resguardar a futura aplicação da lei penal, evitando-se o risco de nova fuga do agente -, sobretudo tendo em vista que trata-se de réu primário, sem registro de antecedentes criminais e com residência fixa.

3. Habeas corpus não conhecido, concedendo-se, contudo, a ordem de ofício para, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, revogar a custódia preventiva do paciente, mediante a imposição das medidas alternativas previstas no art. 319, I, IV e V, do Código de Processo Penal, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, salvo se por outro motivo estiver preso, sem prejuízo de que nova ordem de segregação seja proferida, caso demonstrada sua imprescindibilidade à luz do disposto no artigo 312 do CPP.

(HC 303.609/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 15/12/2014)

Nesse contexto, apresentando-se as medidas cautelares diversas mais favoráveis em relação à ordenação da prisão antecipada e, considerando que se cuida de agente condenado pela prática de delitos preocupantes, cometidos no exercício de cargo eletivo, que responde a inúmeras outras ações penais e que já há inclusive condenação em algumas, mister concluir como necessária a substituição da constrição cautelar pela imposição das providências previstas nos incisos I (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades) e IV (proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução), ambas do art. 319 do CPP, bem como aquela do art. 320 do CPP, consistente na proibição de ausentar-se do País, intimando-se o condenado para entregar seu passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Diante de todo o exposto, e pedindo vênias ao eminente Ministro Relator, dou provimento ao recurso para revogar a prisão preventiva do recorrente, mediante a imposição das medidas cautelares alternativas previstas nos arts. 319, I e IV, e 320, ambos do Código

Superior Tribunal de Justiça

de Processo Penal, permitindo-lhe que aguarde em liberdade o trânsito em julgado da condenação objeto da Ação Penal nº 000417-11.2006.8.20.0001, salvo se por outro motivo estiver preso.

É o voto.

